



**1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**  
**2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA**  
**3 SMSA, AV: AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e três, foi realizada a reunião ordinária do  
5 Conselho Municipal de Saúde, iniciada às 14:40 horas pelo presidente do Conselho, Cléber das  
6 Dores de Jesus informando que a reunião terá como pauta principal a avaliação da V Conferência  
7 Estadual de Saúde de Minas Gerais. Em seguida o conselheiro honorário Evaristo Garcia comentou  
8 a realização do Fórum Social Brasileiro. O conselheiro Sebastião falou sobre a realização do  
9 Conselho na Praça Nordeste e parabeniza o Conselho Municipal e Distrital de Saúde pelo evento e  
10 informa que no dia 17/12/2003, o Conselho na Praça será no bairro Guarani, região Norte.  
11 Agradece a todos que participaram da comemoração do Dia do Dentista na região Norte, inclusive  
12 o Secretário Helvécio Miranda. Reclamou também da falta de profissionais nas unidades e pede  
13 providências ao gestor municipal em relação aos médicos substitutos para os centros de saúde e  
14 informa que no dia 14/11/03, haverá manifestação no Centro de Saúde Tupi para sensibilização do  
15 poder público sobre essa questão. Em seguida o conselheiro José Brandão Maia propõe a criação  
16 de uma comissão junto à Assistência Farmacêutica da SMSA, para discutir a centralização dos  
17 medicamentos para idosos e denunciou a demora para marcação de exames para prevenção de  
18 câncer de próstata. O conselheiro Paulo Carvalho informa sobre o projeto Proformar, que tem  
19 como objetivo capacitar profissionais da área da saúde, em especial os agentes sanitários. O ex –  
20 conselheiro municipal de saúde, Antônio Carlos alerta para a questão da reclassificação das áreas  
21 de risco de Belo Horizonte. A conselheira Elina Santos denuncia a falta de higiene e materiais em  
22 que se encontra o Hospital Miguel Couto. O presidente do CMS/BH, Cléber das Dores falou sobre  
23 as comissões locais de saúde e informou sobre a viagem feita por uma comissão de conselheiros  
24 da RMBH ao CNS, no dia 12/11/2003 para entrega de recursos sobre a situação da delegação  
25 destas cidades, na Conferência Nacional de Saúde e que o plenário do Conselho decidirá se  
26 deveremos entrar com uma ação no Ministério Público sobre esta questão. O conselheiro Hervécio  
27 fala da importância da caminhada conjunta entre as cidades da região metropolitana que  
28 realmente querem que o SUS progrida. A conselheira local de saúde do bairro Lagoa, Maria da  
29 Glória informa que o Centro de Saúde Lagoa será ampliado e que no dia 17/12/03 será realizada  
30 uma comemoração de final de ano com todas as comissões locais. Convidou todos os presentes  
31 para participar de um manifesto contra violência, no dia 28/11/03, em Venda Nova. Informa ainda  
32 que no dia 19/11/03, acontecerá uma feijoada para encerramento do ano na comunidade do  
33 bairro Lagoa. O conselheiro Dorvalino comentou que o sistema de saúde está regredindo e  
34 informa que na última reunião da Comissão Perinatal da SMSA, foi possível verificar as dificuldades  
35 enfrentadas pela maternidades ligadas ao sistema público de saúde. Em seguida a Dr<sup>a</sup> Irene,  
36 representante da Clínica Nossa Senhora da Conceição falou sobre os diversos tipos de  
37 atendimentos prestados pela entidade, principalmente aos pacientes em estágio terminal de  
38 Câncer e AIDS e informa que, desde a abertura da clínica a mesma vem prestando serviços aos  
39 pacientes do SUS, inclusive com o preenchimento de AIH, mas não tem sido feito nenhum tipo de  
40 pagamento. A clínica tem continuado seus trabalhos apenas com a ajuda da Igreja Católica e com  
41 o dinheiro de doações. Em 2001, foi realizado um ato público para efetivação do convênio com a  
42 prefeitura, mas até o momento nenhum tipo de recurso foi repassado à clínica. A representante da  
43 Clínica Nossa Senhora da Conceição solicitou que as providências necessárias sejam tomada pela  
44 SMSA. O 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista respondeu ao questionamento feito pelo ex –  
45 conselheiro Antônio Carlos, sobre o cálculo para determinar as áreas de risco do município,  
46 informando que não é necessário uma cobertura de cem por cento do município pelo PSF, pois  
47 existem áreas que não necessitam deste tipo de atendimento e outras onde a população precisa  
48 prioritariamente desta cobertura, com visitas de auxiliares e uma vigilância rigorosa para que não  
49 haja agravos e adoecimentos, o que podemos classificar como equidade ou seja, cada um deve  
50 ser atendido de acordo com sua necessidade e isso é o que direciona a organização dos nossos  
51 serviços de saúde ou qualquer serviço prestado pelo SUS. Foi feito um estudo em Belo Horizonte,  
52 que estabeleceu e levantou as áreas de alto, médio e baixo risco, conforme a localização  
53 geográfica, a situação sócio econômica e o critério epidemiológico. Então existem equipes do PSF  
54 implantadas em áreas de baixo risco e algumas regiões de alto risco estão descobertas. Isso será



55 mudado, mas essa situação ocorre em apenas 10% das equipes do PSF. Informou ainda que no  
56 próximo ano, será feita a discussão do orçamento da saúde junto com o Conselho. A conselheira  
57 Ivânia convida os conselheiros presentes para uma missa que se realizará no dia 25/11/2003, no  
58 Centro de Saúde Santa Mônica. A conselheira Rosalina informou que a CTCA discutiu a prestação  
59 de contas do Hospital Sofia Feldman, falando que as gestantes devem realizar o pré natal nos  
60 centros de saúde, para posteriormente serem encaminhadas as maternidades conveniadas ao  
61 SUS/BH. Mas, em muitos casos quando a gestante entra em trabalho de parto, as mesmas são  
62 encaminhadas aos hospitais de urgência, dificultando o pagamento do procedimento pelo SUS, o  
63 que faz com que as maternidades sejam prejudicadas. Solicita informações a SMSA sobre o  
64 projeto de humanização de partos, que já foi aprovado pelo CMS/BH e dentre as propostas  
65 existem questões que defendem o repasse de recursos pela Secretaria, inclusive o pagamento de  
66 diárias para o acompanhante das gestantes. Falou ainda da PPI e cobrou do Secretário um  
67 encaminhamento do contrato global do Hospital das Clínicas. O Secretário Municipal de Saúde  
68 Helvécio informou sobre a negociação do contrato com o Hospital das Clínicas, sobre o projeto de  
69 humanização do pré natal, falando que BH tem bons resultados na redução da mortalidade infantil  
70 e materna e sobre a obrigatoriedade do acompanhante para as gestantes, relatando que está  
71 sendo, encaminhado à Câmara Municipal um projeto de lei, para regulamentar esta questão em  
72 BH, pois este tipo de atendimento não está incluído na tabela do SUS e não existe nenhuma lei  
73 brasileira que torne esta questão obrigatória. Falou também da democratização da composição do  
74 orçamento da saúde e da execução orçamentária e financeira. Informou também sobre o cálculo  
75 para determinar as áreas de risco do município. Sobre a Clínica Nossa Senhora da Conceição  
76 informou que a SMSA recebeu uma proposta formal e a unidade tem o fluxo para realização de  
77 chamamento público para contratação hospitalar e ambulatorial e por ser uma entidade  
78 filantrópica, o convênio pode ser perfeitamente processado. Informou sobre a morte de paciente  
79 no Hospital Santa Maria, um dos poucos que ainda resistem ao movimento da desospitalização  
80 psiquiátrica, que não deve ocorrer apenas no SUS e sim em toda cidade e em todo país. O  
81 conselheiro Paulo Carvalho solicita que o Conselho encaminhe com urgência um ofício à FHEMIG,  
82 ao CES e a SES, sobre a situação do médico Guilherme Riccio, diretor da FHEMIG e de uma Clínica  
83 particular o que fere a Lei 8080. O secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco fez a leitura dos  
84 informes da mesa: 1 - Dia 12/11/2003, o presidente do CMS/BH Cléber, o secretário geral do  
85 CMS/BH, Roberto Francisco e os conselheiros Willer Marcos, Cleide Donária, João Cesário e Anadil  
86 Benedita estiveram em Brasília/DF para uma reunião com a Secretária Executiva do Conselho  
87 Nacional de Saúde Eliane Aparecida da Cruz, com objetivo de entregar os recursos feitos pela  
88 delegação da região metropolitana de BH para participar da 12ª Conferência Nacional de Saúde; 2  
89 - Seminário agrotóxico e a saúde do trabalhador, dia 14/11/03, às 8:30 horas, na Faculdade de  
90 Medicina da UFMG, sala 8007; 3 - Reunião da Câmara Técnica de Recursos Humanos, dia  
91 14/11/03, às 14:30 horas, na sala do Conselho. Pauta: perseguições a funcionários terceirizados  
92 pela empresa Liderança e a gerente de Zoonoses do Distrito Sanitário Barreiro; 4 - Reunião da  
93 Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização, dia 18/11/2003, às 14:30 horas. Pauta:  
94 elaboração do relatório de gestão da SMSA, referente ao ano de 2003; 5 - Reunião da Câmara  
95 Técnica de Comunicação, dia 19/11/2003., às 9:30 horas, pauta: aprovação de projeto editorial e  
96 pré-pauta do ConSaúde; 6 - Seminário avançado na implantação da rede de atenção integral à  
97 saúde do trabalhador em Minas Gerais, dia 20/11/03, de 10 às 18 horas e dia 21/11/03, de 8:30  
98 às 17:30 horas, no Hotel Royal Powers. Maiores informações no telefone 3261-4809; 7 - Dia  
99 24/11/2003, às 8:30 horas, no Hospital Borges da Costa/Hospital das Clínicas da UFMG,  
100 solenidade de entrega do espaço físico recuperado do Hospital Borges da Costa, que é destinado  
101 ao atendimento na área de Oncologia; 8 - Dia 26/11/2003, às 19 horas, posse da Comissão Local  
102 de Saúde Nossa Senhora Aparecida, Rua Coronel Jorge Dário, 10, São Lucas – Obra Social São  
103 Lucas; 9 – Missa de 7º dia do pai do funcionário José Osvaldo, dia 16/11/2003, na Igreja Cristo  
104 Redentor. Em seguida faz leitura do OF.CMS/BH – 567/03, que foi encaminhado ao Conselho  
105 Nacional de Saúde: “Nós, delegados e delegadas, usuários e trabalhadores das cidades de Belo  
106 Horizonte, Ibirité, São José da Lapa e Ribeirão das Neves, Ouro Preto e Sarzedo solicitamos  
107 recurso ao Conselho Nacional de Saúde e à Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional  
108 de Saúde. Esta solicitação se faz necessária devido ao tumulto e à não transparência nos



109 encaminhamentos dados na V Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, realizada entre os  
110 dias 30 de outubro e 2 de novembro de 2003. Esclarecemos: 1) No universo de 1.122 delegados  
111 inscritos, sendo: 523 usuários; 241 trabalhadores; 235 gestores e prestadores; 104 conselheiros  
112 estaduais de saúde; 19 indefinidos. A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se  
113 encontrava presente, com aproximadamente, 40% da plenária. Os atores responsáveis pelas  
114 estratégias indutoras e excludentes, os representantes da mesa condutora dos trabalhos,  
115 manipulou os delegados a deixarem para a RMBH apenas duas vagas para trabalhadores e quatro  
116 vagas para usuários. Estavam participando 59 delegados trabalhadores e 140 delegados usuários.  
117 A qualidade e o desempenho com que foram realizadas as conferências municipais da RMBH  
118 foram prejudicados. Foram feridos os princípios norteadores da ética e da transparência. Foram  
119 desrespeitadas as diretrizes da 12ª Conferência Nacional de Saúde, referentes aos critérios  
120 estabelecidos para a retirada de delegados (Art. II, item 4º do Regulamento da V Conferência  
121 Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Art. 10º, item 1, letra A, do Regulamento da 12ª  
122 Conferência Nacional de Saúde). Não houve autonomia dos segmentos para deliberarem sobre  
123 estes critérios de retirada de delegados. A mesa condutora dos trabalhos conduziu, de forma  
124 errada, os mesmos, propondo a divisão do número de delegados por DADS (Diretoria de Ações  
125 Descentralizadas de Saúde). Assim, não foram usados os critérios populacionais, como  
126 regulamentam os artigos citados acima. Esclarecemos que são 28 DADS, sendo que algumas não  
127 estavam representadas por delegados e outros, com apenas um ou dois delegados. Diante do  
128 exposto, solicitamos a intervenção da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de  
129 Saúde para garantir o credenciamento dos delegados dos municípios mencionados abaixo. Desta  
130 forma, também estará sendo garantida a efetivação da construção do Sistema Único de Saúde  
131 (SUS) com a participação democrática dos movimentos sociais. 1) População total de Ibitité, Belo  
132 Horizonte, São José da Lapa, Ribeirão das Neves, Ouro Preto e Sarzedo: 2.800.328 (fonte:  
133 Censo/2002 Assembléia Legislativa de Minas Gerais); 2 ) Delegados à 12ª Conferência Nacional de  
134 Saúde de acordo com os critérios legais: 20 usuários; 10 trabalhadores; 10 gestores e  
135 prestadores; Total: 40 vagas para delegados. Cientes da nossa importância para o processo e dos  
136 nossos direitos, aguardamos resposta quanto à esta solicitação". Em seguida, o vice-presidente  
137 do CES, Nicodemus de Arimatéia, informou que está representando a mesa diretora do CES,  
138 atendendo a um convite do presidente do CMS/BH para participar desta reunião. Disse que a  
139 plenária a despeito da percepção de alguns delegados, teria sido conduzida de maneira  
140 equivocada ou até com falta de ética e transparência mas, foi deliberado o critério de distribuição  
141 por DADS. Informou que em lugar nenhum do regimento da 12ª Conferência Nacional de Saúde,  
142 consta que as conferências estaduais teriam que seguir o critério populacional. O regimento fala  
143 que o Estado de Minas Gerais deveria fazer uma procriação de vagas na sua delegação, com base  
144 na população e o plenário da V Conferência Estadual de Saúde, deliberou com a participação da  
145 representação que está fazendo esta queixa, pela distribuição de vagas por DADS. O segmento  
146 gestor/prestador do próprio município de Belo Horizonte participou da plenária específica e  
147 existem gestores de Belo Horizonte indicados e eleitos delegados da 12ª. O que também acontece  
148 com o segmento de usuários. O segmento de trabalhadores se afastou nos primeiros momentos  
149 da plenária específica e os trabalhadores de Belo Horizonte se retiraram seguidos de  
150 representantes de outros municípios. Mencionou também, o ofício encaminhado ao Conselho  
151 Nacional de Saúde onde estão sendo citados equivocadamente, os artigos que nada tem a ver  
152 com a questão e a uma nota jornalística num jornal de grande circulação cuja manchete era:  
153 "Conferência Estadual termina em atrito" que fala do abandono de parte dos trabalhos,  
154 questionando que a escolha foi feita por regiões pobres e não por critérios populacionais como a  
155 plenária é soberana e determinou que a escolha fosse feita com esse critério. Lembrou ainda, uma  
156 matéria onde o senhor José Maria Borges, subsecretário de Estado da Saúde teceu alguns  
157 comentários como: "o interior é sempre esquecido, os grandes municípios sempre levam os  
158 recursos e que mantido o critério populacional estaria sendo dado privilégio a região metropolitana  
159 de Belo Horizonte" e "na forma em que está as outras cidades terão chances". Em seguida o vice-  
160 presidente do CES, Nicodemus Arimatéia fez esclarecimentos sobre o acesso aos recursos pelos  
161 municípios do estado e que vê este tipo de questionamento como uma forma de manipulação.  
162 Esclarece que em momento algum estava escrito que a representação de Minas Gerais seria tirada



163 pela base populacional das diretorias. Disse ainda que o processo democrático deve ser respeitado  
164 e a plenária determinou, votou e aprovou que a distribuição de delegados seria com base nas  
165 DADS. Falou também que alguns representantes da delegação de alguns municípios da região  
166 metropolitana, especialmente trabalhadores, se afastaram porque quiseram e não conseguiram no  
167 discurso, na ação política, fazer com que suas idéias prevalecessem. Disse estar participando da  
168 reunião para reputar qualquer afronta com relação aos princípios éticos e morais ou de  
169 transparência da mesa diretora que conduziu aquele trabalho. Em seguida fizeram intervenções os  
170 conselheiros Cleide Donária, Willer Marcos, Evaristo Garcia, José Brandão, Anadil Benedita,  
171 Antenor, Paulo Carvalho e Túlio Batista. O vice-presidente do CES, Nicodemus de Arimatéia  
172 esclarece aos conselheiros dizendo que a relação do CES com o gestor é de total independência e  
173 que a mesa diretora tem reuniões regulares. Solicitou ao ex- conselheiro Roberto dos Santos que  
174 formalizasse sua denúncia, caso contrario, deveremos recorrer a gravação desta reunião.  
175 Esclareceu que o tratamento dado a representação dos gestores da DADS de Juiz de Fora, que foi  
176 questionado devido a uma suposta manipulação, promovida pelo gestor estadual e pelo COSEMS,  
177 ocorreu da seguinte forma: marcou-se uma plenária de gestores numa sala e algumas pessoas  
178 foram para outra sala o que resultou em duas listas. Acrescentou ainda que os delegados dos  
179 municípios que estão participando da V Conferência Estadual de Saúde estão mais interessados  
180 em ir à Brasília do que a discutir o relatório. Talvez esse seja o pior relatório que qualquer Estado  
181 tenha feito. Como presidente da mesa, e como coordenador da comissão organizadora, levei este  
182 relatório e a discussão desta questão para o plenário que decidiu que o plenário tinha poder para  
183 fazer o encaminhamento que fez, ou seja, encaminhar as pendências relativas ao relatório de  
184 Minas Gerais, para que o CES desse a finalidade adequada em termos de redação e composição  
185 formal do documento. Afirmou que a mesa e a comissão organizadora não assumiram para si a  
186 responsabilidade de dar a definição sobre as duas demandas. Falou que conferência só existe em  
187 função de duas coisas: discutir e votar o relatório de Minas Gerais e a delegação de Minas Gerais à  
188 Conferência e a plenária entendeu que o relatório ficaria sob responsabilidade do plenário do CES,  
189 da comissão organizadora, da mesa relatora, etc. Em seguida o vice – presidente do CES,  
190 Nicodemus de Arimatéia explicou como foi escolhido delegado para a 12ª Conferência Nacional de  
191 Saúde e comentou a participação dos ACS com trabalhadores da saúde. Falou ainda sobre a  
192 escolha dos delegados por macro região. Em seguida agradeceu ao conselheiro distrital de saúde  
193 Evandro de Souza, por sua fala, apesar de ter confundido a pessoa do Nicodemus que é um  
194 trabalhador, com a pessoa do Nicodemus que é da militância sindical há quase quinze ou  
195 dezesseis anos e que hoje está investido da situação de vice-presidente do CES. Pediu aos  
196 conselheiros que ajudem a construir uma lei ordinária que regulamente, e normatize o papel do  
197 CES, que é o primeiro conselho do Brasil, mas o único que foi criado por decreto e não por lei  
198 ordinária. Durante a 4ª Conferência Estadual de Saúde, foi apresentado um ante projeto de lei,  
199 que até o momento aguarda que o gestor estadual a encaminhe para Assembléia Legislativa.  
200 Informou que até o dia 17 próximo, teremos prazo para analisar e mudar questões sobre a  
201 delegação de Minas Gerais. As demandas ou recursos que estavam além da competência da mesa  
202 diretora e da comissão organizadora foram encaminhadas para o plenário. Informou que durante a  
203 divisão por DADS, a região metropolitana ou o que restou dela, se reuniu no fundo da mesma  
204 sala, onde foi armado o lobe de alguns municípios o que gerou grande confusão, inclusive com a  
205 participação de conselheiros estaduais. Acrescentou que os delegados de Contagem que  
206 compareceram nesta Conferência, foram tirados numa reunião com a participação de cento e  
207 oitenta a duzentas pessoas, numa festa de aniversário do Prefeito e, na sua opinião, trabalhador  
208 que respeita o controle social não aceita tutela de gestor. No entanto, a comissão organizadora  
209 analisou os documentos, acatou os recursos de Sindicato de Contagem e dentro de sua autonomia  
210 e do Regimento da Conferência, determinou que aquilo era inválido, pois eles entraram por força  
211 de liminar judicial. Disse que o que BH vivenciou em sua conferência, não passou muito longe da  
212 conferência estadual de saúde. Disse ainda que não podemos aceitar que o controle social sofra  
213 esta manipulação, que visa destruir o SUS, destruir o que foi feito, respeitando a voz do cidadão,  
214 do trabalhador. Em seguida o vice – presidente do CES comenta algumas atitudes de delegados  
215 durante a realização da V Conferência Estadual de Saúde. O presidente do CMS/BH, Cléber  
216 informa sobre reunião no CNS, dia 27/11/2003 para discutir essa questão. O secretário geral do



**217** CMS/BH, Roberto Francisco passa para o encaminhamento das propostas. O conselheiro distrital  
**218** Evandro de Souza propõe que o CMS/BH, solicite a FAMEMG que se pronuncie sobre a questão  
**219** colocada pelo conselheiro municipal de saúde Gilson Silva, no dia 10/11/2003, na reunião do  
**220** CES/MG, onde o mesmo disse que “Belo Horizonte retirou-se da plenária para ganhar no tapetão”,  
**221** questionando se este é o pensamento pessoal do conselheiro ou o pronunciamento da entidade. O  
**222** conselheiro Gilson Silva disse que não representa a FAMEMG no CES/MG e sim a CGT e que esta  
**223** foi a manifestação de um pensamento pessoal. Em seguida a conselheira da cidade, Anadil  
**224** Benedita propõe que este questionamento seja encaminhado também a CGT. O conselheiro José  
**225** Brandão pede que a conselheira Rosalina Fernandes ratificasse ou retificasse a fala do conselheiro  
**226** Gilson, visto que a mesma ouviu quando ele se pronunciou na reunião do CES/MG e o conselheiro  
**227** distrital Evandro de Souza propõe que seja encaminhada a transcrição da ata desta reunião. Em  
**228** seguida falaram os conselheiros Rosalina Fernandes, Gilson Silva, Cléber das Dores e Roberto  
**229** Francisco. O secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco coloca em votação as propostas do  
**230** conselheiro distrital de saúde Evandro de Souza e a proposta de encaminhamento de um  
**231** documento ao Ministério Público sobre a V Conferência Estadual de Saúde. As propostas foram  
**232** aprovadas pelo plenário por unanimidade. Em seguida, o conselheiro municipal de saúde Paulo  
**233** Carvalho propõe que seja anexada ao documento para o Ministério Público, a fita cassete  
**234** contendo a fala do vice – presidente do CES/MG, Nicodemus de Arimatéia nesta reunião. O  
**235** conselheiro Willer Marcos Ferreira disse que o CMS/BH deve garantir que a sua delegação esteja  
**236** presente na 12ª Conferência Nacional de Saúde, sendo ou não delegados. O conselheiro Alcides  
**237** Pereira propõe que seja encaminhado um release para a imprensa, com a fala principal do vice –  
**238** presidente do CES/MG, Nicodemus de Arimatéia, comparando Belo Horizonte com o município de  
**239** Contagem. A ex – conselheira municipal de saúde, Cleide Donária solicita que seja providenciado o  
**240** decreto que regulariza o CES/MG, visto que não existe a lei correspondente. A conselheira da  
**241** cidade, Anadil Benedita Ruhnau propõe que a SMSA viabilize a ida dos conselheiros da região  
**242** metropolitana à Brasília, para participarem da 12ª Conferência Nacional de Saúde. Em seguida, o  
**243** secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco Pereira coloca em votação as propostas dos  
**244** conselheiros Paulo Carvalho, Alcides Pereira, Cleide Donária e Anadil Benedita. As propostas foram  
**245** aprovados por unanimidade. O conselheiro Paulo Carvalho propõe que o CMS/BH cobre uma  
**246** posição política do Conselho Nacional de Saúde sobre a participação da delegação de Belo  
**247** Horizonte na 12ª Conferência Nacional de Saúde. A proposta foi encaminhada para votação pelo  
**248** secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco e foi aprovada por unanimidade pelo plenário. O  
**249** presidente do CMS/BH, Cléber das Dores de Jesus informa que a SMSA colocou a disposição do  
**250** CMS/BH sua Assessoria Jurídica para encaminhamento do documento ao Ministério Público.  
**251** Participaram desta reunião os seguintes conselheiros: Alcides Pereira, Célia de Lélis, Cléa da Mata,  
**252** Cléber das Dores, Dalila Monteiro, Dorvalino Soares, Elina Souza, Helvécio Miranda, Hervécio Cruz,  
**253** José Brandão, Lourival Custódio, Maria Nazária Souza, Paulo Roberto V. Carvalho, Rady Eddy,  
**254** Roberto Francisco, Sebastião do Carmo, Rosalina Fernandes, Túlio Batista, Luiz Moraes, Maria  
**255** Terezinha Souza, Ivânia Augusta, Willer Marcos, Elson Violante, Sandra Maria dos Santos, José  
**256** Laerte, Maria de Lourdes Gomes, Romeu Pires, Regina Lemos e Rubens Barbosa. Justificaram:  
**257** Jorge Lúcio, Paulo César Machado, Zenith Maria, José Valentim, Ricardo Castanheira, Luzia Maria  
**258** Alves, Eglea Maria Cunha e Vânia de Fátima Ferreira. Às 19:30 horas, nada mais havendo a tratar,  
**259** foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada  
**260** pelo presidente e pelo secretário geral do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 13 de  
**261** novembro de 2003. LPM/vld